



Departamento Nacional de Produção Mineral

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

Setor de Autarquia Norte - SAUN Quadra 01 Bloco B Sala 3T, Edifício DNPM SEDE - Bairro Asa Norte,
Brasília/DF, CEP 70041-903

Telefone: (61) 3312-6862/(61) 3312-6828 e Fax: (61) 3312-6828 - <http://www.dnpm.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO Nº 3/2016

PROCESSO Nº 48400.000498/2015-19

CONTRATO DE FORNECIMENTO
DE LICENÇAS DOS SOFTWARES
COREL DRAW E O CONJUNTO DE
APLICATIVOS ADOBE CREATIVE
CLOUD PARA O EDIFÍCIO SEDE
DO DNPM, EM BRASÍLIA/DF, QUE
CELEBRAM ENTRE SI
A DEPARTAMENTO NACIONAL
DE PRODUÇÃO MINERAL E A
[DIGITE AQUI O NOME DA
EMPRESA].

A **DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.381.056/0001-33, com sede no na cidade de Brasília - Distrito Federal, sito a SAN quadra 01 bloco"B", Asa Norte - Brasília/DF - **CEP nº. 70.040-903**, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do seu Diretor Geral, Senhor(a) VICTOR HUGO FRONER BICCA, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx-sigla/uf e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, e de outro lado a Empresa XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida à [endereço completo da empresa], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) XXXXXXXX, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx-sigla/uf e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, pela legislação correlata e pelo Edital e anexos da Tomada de Preços nº ____/____ (Processo nº 48400.700.498/2015-19).

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto contratação de empresa especializada **PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇAS PARA OS SOFTWARES COREL DRAW E O CONJUNTO DE APLICATIVOS ADOBE CREATIVE CLOUD PARA O DNPM SEDE.**

1.2. **Subcláusula Única.** - Os serviços objeto deste Contrato serão executados nas dependências do Departamento Nacional de Produção Mineral - Brasília-DF e de acordo com o definido no Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

2.1. Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº XX/2016, proposta apresentada, despacho de homologação e demais documentos pertinentes constante dos autos do Processo SEI nº 48400.700.498/2015-.

2.2. **Subcláusula Primeira** - São considerados como documentos integrantes deste Contrato:

2.2.1. Edital de Pregão nº XX/2016-DNPM e seus anexos;

2.2.2. Termo de Referência e seus Anexos;

2.2.3. Proposta e demais documentos apresentados pela **CONTRATADA** conforme as especificações do Edital e do Termo de Referência.

2.3. **Subcláusula Segunda. A legislação aplicável:**

2.3.1. Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

2.3.2. Lei nº 10.520/2002;

2.3.3. Lei Complementar nº 123/06

2.3.4. Decreto nº 5.450/2005;

2.3.5. Decreto nº 7.892/2013;

2.3.6. Decreto nº 8.538/2015

2.3.7. Decreto nº 3.931/2001

2.3.8. Instrução Normativa SLIT/MP nº 2/2008;

2.3.9. IN/SLTI nº 04 de 19 de maio de 2008;

2.3.10. Código Civil;

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O presente Contrato tem como forma de execução a “Execução Indireta”, sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o estabelecido no art. 10, da Lei nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.1. O objeto deste contrato será executado no Edifício Sede do DNPM, localizado no SAN quadra 1, bloco “B”, Asa Norte, em Brasília/DF - CEP nº. 70.040-903.

4.2. Os serviços de execução serão conforme as especificações definidas pelo Termo de Referência, Anexo I do Edital.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da eventual contratação descrita neste documento correrão à conta de recursos específicos no Orçamento Geral da União, ao encargo do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM conforme abaixo:

5.1.1. Programa de Trabalho nº 22.663.2041.8890.0001 - Informações e Estudos do Setor Mineral, PTRES nº 109751 - Informações e Estudos do Setor Mineral.

5.1.2. Natureza de Despesa 3390.39.08 - Manutenção de Software, e Programa de Trabalho nº 22.122.2119.2000.0001 - Administração da Unidade.

5.1.3. PTRES nº 091655 - Investimento em Tecnologia da Informação e

Comunicação, Natureza de Despesa 4490.39.93 – Aquisição de Software.

5.1.3.1. **Subcláusula Única.** Os créditos devidos à **CONTRATADA** ficam garantidos à conta da dotação orçamentária para atender às despesas inerentes a este Contrato, com as emissões das Notas de Empenho nºs XXXXXXXX, conforme previsto no art. 58 da Lei 4.320/64.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1. O presente instrumento de Contrato terá vigência de 12(doze) meses, **que será contado na** data da assinatura e eficácia a partir da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

6.2. **Subcláusula Primeira.** O prazo contratual só poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra um dos motivos previstos no § 1º, artigo 57 da Lei no 8.666/1993, ou alguma das circunstâncias descritas no § 5º do art. 79 dessa mesma Lei, devidamente autuado em processo próprio e aprovado pela autoridade competente.

6.3. **Subcláusula Segunda.** O prazo de prorrogação será de, no máximo, 48 (quarenta e oito) meses.

6.4. **Subcláusula Terceira.** Serão descontados do prazo contratual de execução os atrasos eventualmente ocasionados por responsabilidade da Administração, bem como aqueles oriundos de caso fortuito e/ou de força maior.

6.5. **Subcláusula Sexta.** Caso os prazos estabelecidos nas condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos prazos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A CONTRATADA se obriga a:

7.1.1. Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, executando-os de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento, em seu Termo de Referência, e na proposta dirigida ao **DNPM**;

7.1.2. Iniciar, a partir da data da assinatura do Contrato, a execução dos serviços pactuados e informar em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir suas atividades conforme estabelecido;

7.1.3. Manter os empregados capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

7.1.4. Apresentar preposto responsável pelos serviços e aceite pelo **DNPM**, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos. O preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

7.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

7.1.6. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

7.1.7. Dispor em seu quadro de pessoal, empregados suficientes para o atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, faltas ao serviço, demissão e outros análogos, que não terão em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o **DNPM**;

7.1.8. Não transferir a outrem os serviços ora contratados, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Administração do **DNPM**;

7.1.9. Cumprir todas as orientações da Administração do **DNPM**, para o fiel desempenho das atividades específicas;

7.1.10. Manter, durante a vigência deste Contrato, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e propostas), comprovando, sempre que solicitado pelo **DNPM**, sua regularidade perante o FGTS e junto à Seguridade Social, de acordo com o art. 29, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

7.1.11. Constitui, também, obrigação da **CONTRATADA** o pagamento de todos os tributos, inclusive contribuições previdenciárias que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre este Contrato, ou seu objeto, podendo o **DNPM**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade. Fica, desde logo, condicionado que o **DNPM** poderá descontar, de qualquer crédito da **CONTRATADA**, a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza, que venha a efetuar por imposição legal.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO DNPM

8.1. O DNPM se obriga a:

8.1.1. O **DNPM** deverá cumprir todas as obrigações elencadas no **Item 12 - Das Obrigações do Contratante** do Termo de Referência e também se obriga a:

8.1.1.1. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias à boa execução do Contrato;

8.1.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços orientando e prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários à **CONTRATADA**;

8.1.1.3. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Contrato, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

8.1.1.4. Acompanhar a execução dos serviços, verificando se a rotina e a frequência estão sendo atendidas, conforme o Termo de Referência;

8.1.1.5. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Contrato;

8.1.1.6. Permitir o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA** nas dependências do DNPM, desde que devidamente identificados, para a execução dos serviços;

8.1.1.7. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nos prazos e condições indicados neste instrumento;

8.1.1.8. Indicar, no prazo de 10 (dez) dias, seu representante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

8.1.1.9. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua correção imediata, sob pena de suspensão do Contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente justificado e aceito, pelo **DNPM**;

8.1.1.10. Observar para que, durante toda a vigência do Contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela

CONTRATADA, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação previstos na licitação;

8.1.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos relativos à execução dos serviços que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

8.1.1.12. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA** que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas, quando em atividades do **DNPM**;

8.1.1.13. Verificar, em relação aos empregados da **CONTRATADA**, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando a substituição do empregado que não preencha tais requisitos;

8.1.1.14. Impedir que terceiros executem o objeto deste Contrato;

8.1.1.15. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços e quaisquer falhas ocorridas de natureza grave;

8.1.1.16. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** da ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.1.17. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** sobre a aplicação de penalidades, assegurada à prévia e ampla defesa por parte desta.

9. **CLÁUSULA NONA - DO VALOR DO CONTRATO**

9.1. Pela execução do objeto de que trata a Cláusula Primeira deste Instrumento, o DNPM pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ _____(_____), conforme o cronograma de execução e pagamento detalhados nas cláusulas a seguir.

10. **CLÁUSULA DEZ - DO PAGAMENTO**

10.1. **Subcláusula Primeira. O PAGAMENTO DA AQUISIÇÃO DOS SOFTWARES** será realizado até o 30º (trigésimo) dia, contados a partir da emissão do Termo de aceite definitivo e do recebimento da documentação fiscal da empresa, Nota Fiscal/Fatura Discriminativa, atestada pelo setor competente.

10.2. **Subcláusula Segunda.** Havendo erro na emissão da Nota Fiscal, esta será devolvida à empresa Contratada, devidamente protocolada pelo Gestor do Contrato, para a devida correção. Na ocorrência do disposto, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o DNPM.

10.3. **Subcláusula Terceira.** A Fatura/Nota Fiscal deverá ser entregue em 02 (duas) vias;

10.4. **Subcláusula Quarta.** A Fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato;

10.5. **Subcláusula Quinta.** Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da **CONTRATADA** e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema

seja definitivamente sanado.

10.6. **Subcláusula Sexta.** Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de Nota Fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços.

10.7. **Subcláusula Sétima.** Serão retidos na fonte, caso seja pertinente, os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do Contrato.

10.8. **Subcláusula Oitava.** Os pagamentos serão efetuados, exclusivamente por meio de ordem bancária, para crédito na Conta Corrente nº _____, Agência nº _____ do Banco _____.

10.9. **Subcláusula Nona.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados, os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.10. **Subcláusula Dez.** Encontrando-se a CONTRATADA inadimplente na data da consulta junto ao SICAF - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores, poderá ser concedido, a critério do DNPM, o prazo de 10 (dez) dias para que a mesma regularize sua situação, sob pena de não o fazendo ensejar rescisão contratual.

10.11. **Subcláusula Onze.** O CONTRATANTE poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos deste contrato. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

10.12. **Subcláusula Doze.** Por ocasião dos pagamentos, deverá ser observado, ainda, se a CONTRATADA encontra-se em dia com suas obrigações para com o sistema da seguridade social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS.

10.13. **Subcláusula Treze.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

10.13.1. $I = (TX/100)/365$

10.13.2. $EM = I \times N \times VP$, onde:

10.13.3. I = Índice de atualização financeira;

10.13.4. TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

10.13.5. EM = Encargos moratórios;

10.13.6. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

10.13.7. VP = Valor da parcela em atraso.

11. **CLÁUSULA ONZE - DAS ALTERAÇÕES**

11.1. O contrato poderá ser alterado, desde que haja justificativas, conforme previsão do Art. 65 e Subcláusulas abaixo.

11.2. **Subcláusula Primeira.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os acréscimos, e 25% (vinte e cinco por cento), para as supressões, do valor inicial do Contrato, conforme o caso, observando-se o estabelecido no art. 65, § 1º da Lei nº. 8.666/93.

11.3. **Subcláusula Segunda.** Mediante acordo das partes poderá haver supressões de quantitativos em percentual superior a 25% do valor inicial do Contrato, nos casos de acordo celebrados entre os Contratantes, segundo dispõe o artigo 65, § 2º, II, da Lei n 8.666/93.

12. **CLÁUSULA DOZE - DO REAJUSTE DE PREÇOS**

12.1. **Subcláusula Primeira.** O Contrato poderá ser reajustado, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contados da data da assinatura do Contrato, pelo índice IPCA.

12.2. **Subcláusula Segunda.** Os reajustes solicitados poderão ser concedidos no caso dos preços permanecerem vantajosos para a Administração.

12.3. **Subcláusula Terceira.** O reajuste, caso seja procedente e autorizada, será concedida a partir da data do pedido formal ao **DNPM**.

13. **CLÁUSULA TREZE - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, a adjudicatária que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito a ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas no Capítulo IV, Seção II, artigo 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações e das demais cominações legais.

13.1.1. **Subcláusula Primeira.** Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caso a **CONTRATADA** venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a XI d Lei nº 8.666/93, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes sanções:

13.1.1.1. Advertência, nos termos da Lei;

13.1.1.2. Multa moratória diária de 0,067% (sessenta e sete milésimos por cento) do valor total do Contrato, por dia de atraso e limitados ao trigésimo dia, no caso de descumprimento dos prazos deste Instrumento convocatório;

13.1.1.3. Multa compensatória de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato por infração de qualquer cláusula ou condições pactuadas, exceto pelo descumprimento dos prazos;

13.1.1.4. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos, pelo motivo de não assinar o contrato; deixar de apresentar documentação exigida ou apresentar documentação falsa; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo; fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; cometer reincidência a infração cumulada com inércia no atendimento das determinações contratuais;

13.1.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base subitem 13.1.1.4.

13.1.2. **Subcláusula Segunda** - As sanções previstas nos subitens 13.1.1.1, 13.1.1.4 e 13.1.1.5 supra, poderão ser aplicadas juntamente com as dos subitens 13.1.1.2 e 13.1.1.3 facultada à prévia e ampla defesa da **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

13.1.3. **Subcláusula Terceira**. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Administração, observadas, porém o direito a prévia e ampla defesa por parte da **CONTRATADA**, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis depois de receber a notificação.

13.1.4. **Subcláusula Quarta** - Sanções referidas nos subitens 13.1.1.1, 13.1.1.2 e 13.1.1.3 desta Cláusula serão aplicadas pelo Diretor-Geral do DNPM, com base na notificação expedida pelo Senhor Diretor de Gestão Administrativa do DNPM, garantida a prévia e ampla defesa da **CONTRATADA**, no mesmo prazo da Subcláusula anterior.

13.1.5. **Subcláusula Quinta** - Das penalidades aplicadas caberá RECURSO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, observados o procedimento estabelecido no parágrafo 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, devendo ser considerada como autoridade superior:

a) O Senhor Ministro de Minas e Energia, nos casos de “declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública”;

b) O Senhor Diretor Geral do DNPM, nos casos de “suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **DNPM**”;

c) O senhor Diretor de Gestão Administrativa do DNPM, nos casos de “Advertência” e “multa”.

13.1.6. **Subcláusula Sexta** - As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração descontar o seu valor da Nota Fiscal ou Documento de Cobrança, independente de notificação, por ocasião de seu pagamento, ou cobrá-las judicialmente, segundo da Lei nº. 6.830/80, com os encargos correspondentes.

14. **CLÁUSULA QUATORZE - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

14.1. Em conformidade com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93 a rescisão do presente Contrato poderá ser:

14.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações, observando o disposto no art. 109, inciso I, letra “e” da mesma Lei;

14.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a

Administração, mediante justificativa, nos termos da Lei;

14.1.3. Judicialmente, nos termos da lei.

14.2. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração em casos de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

14.3. **Subcláusula Primeira** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

15. **CLÁUSULA QUINZE - DA GARANTIA**

15.1. O DNPM exigirá da(s) empresa(s) vencedora(s), por ocasião da assinatura do contrato, garantia para o cumprimento das cláusulas contratuais, em qualquer uma das modalidades seguintes: **caução em dinheiro** ou **títulos da dívida pública; seguro garantia; ou fiança bancária**, no montante correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, a qual será liberada após o término da vigência contratual, desde que não haja pendências.

15.2. **Subcláusula Primeira.** No caso de opção por **Caução em Dinheiro**, esta deverá ser emitida sob a forma escritural e corrigida, monetariamente, conforme Legislação vigente.

15.3. **Subcláusula Segunda.** No caso de opção por **Títulos da Dívida Pública**, estes deverão ser emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais - SELIC.

15.3.1. Devem, ainda, os títulos da Dívida Pública serem revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada, nos termos da legislação em vigor.

15.4. **Subcláusula Terceira.** No caso da opção pelo **seguro garantia** o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome do DNPM Sede, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a Contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do DNPM Sede, sob pena de rescisão contratual.

15.4.1. O seguro garantia deverá ser apresentado em via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas e suas condições gerais, deverão atender aos Anexos I e II da Circular SUSEP nº 232, de 03/06/03, e conter as seguintes condições particulares:

15.4.1.1. nenhuma alteração no contrato celebrada entre tomador e segurada elide o pagamento do seguro, estando, no entanto, limitado este pagamento ao valor máximo da apólice e endossos, se houverem;

15.4.1.2. o prazo da presente apólice se encerra quando o objeto do contrato principal garantido for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice.

- 15.4.2. Documentos que deverão acompanhar a Apólice do Seguro Garantia:
- 15.4.2.1. cópia das Condições Contratuais Gerais (Contra-Garantia) firmadas entre a Seguradora e a Contratada/Tomadora do Seguro;
- 15.4.2.2. cópia de comprovante de pagamento do prêmio tarifário total ou parcelado;
- 15.4.2.3. cópia de documento comprobatório de aceitação da cobertura de resseguro pelo IRB - Instituto de Resseguros do Brasil, quando houver resseguro facultativo; caso não haja resseguro de modo facultativo, a seguradora fará constar da apólice que o resseguro ocorre de forma automática em função do limite da seguradora.
- 15.4.2.4. documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice.
- 15.5. **Subcláusula Quarta.** No caso de **fiança bancária**, esta deverá preencher os requisitos a seguir discriminados:
- 15.5.1. deve haver referência ao número do contrato;
- 15.5.2. o valor afiançado deve ser igual ao valor expresso no contrato, na data em que prestada, devidamente corrigida;
- 15.5.3. o fiador deve possuir idoneidade - no caso de instituição financeira, enquanto esta estiver ativa, presume-se idônea, haja vista a fiscalização exercida pelo BACEN;
- 15.5.4. deve haver renúncia expressa pelo emitente da fiança ao benefício de ordem previsto no art. 827 do Código Civil, assim como a possibilidade de exonerar-se da fiança prevista no art. 835 da mesma lei substantiva civil;
- 15.5.5. deve haver cláusula expressa pelo emitente da fiança de renúncia ao disposto do inciso I do art. 838 do Código Civil;
- 15.5.6. declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- 15.5.7. o subscritor da fiança deve comprovar os poderes para atendimento das exigências estipuladas;
- 15.5.8. a fiança deve ser concedida com prazo vinculado a execução contratual;
- 15.5.9. apresentar documentos que atestem o poder de representação do signatário da carta-fiança;
- 15.5.10. no instrumento da fiança deve constar a eleição do foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília, para a cobrança ou para dirimir questões relativas à carta.
- 15.6. **Subcláusula Quinta.** Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a licitante obrigar-se-á a fazer a respectiva reposição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for notificada, prorrogáveis a critério da administração desde que por motivo justificado.

16. CLÁUSULA DEZESEIS - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 16.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um

representante da Administração especialmente designado conforme previsto no Art. 67 da Lei nº 8.666/93, observada as Subcláusulas seguintes.

16.2. **Subcláusula Primeira** - Avaliar os serviços prestados pela CONTRATADA conforme estabelecido pelo contrato, bem como acompanhar e fiscalizar os serviços, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua prestação e de tudo dará ciência à CONTRATADA, para a fiel execução dos serviços durante toda a vigência do Contrato;

16.3. **Subcláusula Segunda** - A fiscalização poderá rejeitar serviços ou materiais quando entender que os mesmos não estão de acordo com as especificações.

16.4. **Subcláusula Terceira** - A fiscalização se reserva o direito de exigir a substituição de qualquer empregado da Contratada que, por incompetência ou indisciplina, perturbe o bom andamento dos trabalhos.

16.5. **Subcláusula Quarta** - A presença da Fiscalização no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade da empresa Contratada em qualquer ocorrência, atos, os e/ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a eles relacionados;

16.6. **Subcláusula Quinta** - Autorizar, mediante prévia e expressa comunicação ao encarregado do gerenciamento do Contrato, a realização de serviços fora do horário de expediente normal do **DNPM**, quando executado nas dependências desta.

16.7. Sugerir a Administração do **DNPM**, a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Treze, letras 13.2 e 13.3 do presente Contrato, que em decidindo pela aplicação de qualquer penalidade, fica assegurada a ampla defesa por parte da **CONTRATADA**, para no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da citação apresentar sua defesa.

16.8. **Subcláusula Sexta**. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do **DNPM** serão solicitadas aos seus superiores em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

16.9. **Subcláusula Sétima** - A Fiscalização ou substituto deverá registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas na execução do contrato, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas;

17. **CLÁUSULA DEZESSETE - DO ENTREGA E PRAZOS**

17.1. A CONTRATADA deverá atender aos seguintes requisitos em relação aos prazos de entrega dos itens desse termo de referência:

17.1.1. A disponibilização dos produtos, respectivas chaves de ativação e demais benefícios oriundos do contrato deverá ser feita após a assinatura do contrato, não devendo ultrapassar o prazo máximo de 5 dias úteis;

18. **CLÁUSULA DEZOITO - DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do Contrato, suas Cláusulas, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

19. **CLÁUSULA DEZENOVE - DA PUBLICAÇÃO**

19.1. O DNPM providenciará a publicação deste instrumento de Contrato por extrato no Diário Oficial da União, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, conforme determina o art. 61, parágrafo único da Lei nº. 8.666/93.

20. CLÁUSULA VINTE - DO FORO

20.1. Fica eleito pelas partes, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília, para processar e julgar as questões decorrentes da execução do presente instrumento.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Aparecida da Silva, Chefe de Divisão**, em 28/09/2016, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.dnpm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0011161** e o código CRC **8AD7AC90**.

Referência: Processo nº 48400.000498/2015-19

SEI nº 0011161

Criado por [Andrea.Silva](#), versão 75 por [Andrea.Silva](#) em 28/09/2016 11:49:25.